



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

ATA N.º 15

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Jerónimo José Correia dos Loios - Presidente
- Isaura da Conceição Cascalho Serra – 1ª. Secretária
- José Augusto Silva Rosalino – 2º. Secretário

E os membros:

Mário Pedro Godinho Barreiros; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Catarina Cartaxo Correia dos Loios; Isalina de Jesus Pereira; José Manuel Nunes Pinto; Joana Rosa Martins Carreiras; Pedro Manuel Martins Silveira; Maria Manuela Croca Vinagre Leitão; Carlos Octávio Varelas; Nuno Manuel Valadas Rebocho.

Faltaram justificadamente: Maria Manuel Pimpão Gabriel; Tomás Inácio de Paiva Calhau; Maria José Imaginário; Daniel Fernando Canôa Coelho; Francisco Miguel Correia Fortio e José Joaquim Branco Lopes.

Maria Manuel Pimpão Gabriel foi substituída por Clementina Maria Charneca Tira-Picos Baldeira e Tomás Inácio de Paiva Calhau foi substituído por Miguel Arnaud de Oliveira, nos termos do artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º. 5-A/2002.

Do órgão executivo estavam presentes a Presidente da C.M. e os vereadores Jorge Macau, João Campos, António Traguedo e Delfina Lima.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Discussão e votação de ata:

Presidente da Assembleia: Colocou à discussão a proposta da ata nº. 14 da sessão ordinária de vinte e um novembro do ano transato, a qual foi remetida, antecipadamente, a todos os membros.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

De seguida procedeu-se à votação verificando-se que foi aprovada, por unanimidade, dos presentes na referida reunião.

Não participaram na apreciação e votação, por não terem estado presentes: Isaura Serra, Miguel de Oliveira e Clementina Baldeira.

Correspondência:

Para conhecimento, foi remetida previamente uma relação da correspondência recebida, entre o início de dezembro e a presente data.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- *José Pinto* fez referência à alteração da composição da Câmara face ao regresso da Sr^a. Presidente desejando votos de boas vindas e que o resto do atual mandato seja positivo, que continue o trabalho necessário para o desenvolvimento do concelho de acordo com o projeto que foi eleito nas últimas eleições autárquicas. Muito embora, o sr. Presidente da União de Freguesias de S. Pedro e Sabugueiro não esteja presente, deixou felicitações pela ação desenvolvida na Ribeira de Vide, que em parceria com a Câmara Municipal, a adesão da população e outros voluntários, procederam à reflorestação da zona. Sublinhou a inauguração do relvado sintético colocado no campo de futebol em Santana do Campo, enaltecendo a importância do mesmo para a continuidade e valorização da prática do desporto, naquela localidade, realçando que contribuirá decerto como um reforço ao Estádio Cunha Rivara, em Arraiolos, face à pouca distância entre as localidades. Felicitou o Futebol Clube de Santana do Campo, mas sobretudo Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Arraiolos, uma vez que as candidaturas formuladas ao IPDJ foram indeferidas, considerando muito grave face ao discurso político do Governo relativamente às zonas demográficas com pouca densidade populacional e pequenos meios, quando na prática acabam por inviabilizar candidaturas representando um abandono às pequenas associações que têm um papel fundamental contra a desertificação. Por fim, elogiou igualmente a iniciativa levado a cabo pela Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vimieiro por ocasião do Carnaval com o evento do “Nógado” que se insere no projeto da gastronomia tradicional e que têm demonstrado nos últimos anos potencial e uma mais valia para a freguesia e concelho.
- *Joana Carreiras* informou, uma vez mais, que o circuito de manutenção continua às escuras solicitando a colocação de apenas uma lâmpada ao fundo ao espaço que minimizava a situação.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- *Isalina Pereira*, em nome dos eleitos da CDU, fez uma breve apresentação da proposta de Moção, a qual foi remetida atempadamente a todos os membros, propondo a sua aprovação, com o seguinte texto:

“Pela criação das Regiões Administrativas

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais.

O agendamento do Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece.

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Arraiolos, na sua reunião de 28 de fevereiro, delibera:

- 1 – Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;*
- 2 – Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR;*
- 3 – Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente.*
- 4 – Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do*



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Estado e da administração central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos in comportáveis.”.

- *Nuno Rebocho* colocou algumas questões, relativamente ao início das obras na Rua da República em Igreja, à substituição da iluminação pública por luminárias Led, tendo em conta que foi assinado um protocolo com os 14 municípios e em alguns já foi substituída e por fim para quando a conclusão da obra da escola primária, uma vez que já foram ultrapassados os prazos de construção.
- *Manuel Cabeça* reiterou as palavras do José Pinto saudando o regresso da sr^a. Presidente, desejando votos de um bom mandato para bem dos arraiolenses e do concelho. Saudou ainda a intervenção do José Pinto referente à intervenção na Ribeira de Vide reconhecendo desconhecimento de tal projeto que vêm ao encontro de uma reivindicação do PS de Arraiolos, de algum tempo. Sobre a Moção referiu que a bancada do seu partido quase subscrevia em absoluto, um vez que as suas posições não são defender as ideias do PS Nacional, mas sim as ideias e os projetos socialistas para o concelho, no entanto, considerou extemporânea a argumentação com um aproveitamento do calendário político que irá à revelia de um conjunto de interesses, nomeadamente do sr. Presidente da República sendo desnecessário nesta altura. Assim, afirmou que a posição será contra a Moção, subscrevendo e salvaguardando que são 100% de acordo com a criação de regiões administrativas. Finalizou, questionando o que está pensado por parte do Município ou em articulação com outras entidades em relação à pandemia que já se fala.
- *Paula Pastaneira* felicitou, igualmente, a sr^a. Presidente da Câmara pelo seu regresso, colocando diversas questões e considerações: Segundo notícias divulgadas pela comunicação social prevê-se a reabertura de várias estações dos CTT e nalguns casos com negociações com as autarquias questionando em relação a Arraiolos se há alguma previsão; sobre o polidesportivo perguntou quando se prevê a sua reabertura e se está prevista alguma inauguração do campo padel e como será assegurada a vigilância do espaço, reforçando, uma vez mais, para a necessidade de pintura do toda a zona. Perguntou para quando as obras nas piscinas municipais e quando se prevê o início da obra da zona envolvente do Multiusos. Considerou que pelo Carnaval ficou em falta uma lacuna em Arraiolos – a diversão à noite, como era hábito - pois apenas se traduziu no cortejo de sexta-feira de manhã. Recordando o programa do Natal considerou a iluminação pouco brilhante e interessante quando Arraiolos merecia melhor. Continuando, referiu que dada a proximidade da Iniciativa “O Tapete Está na Rua”, julga que deveriam refletir todo o seu enquadramento dando um maior destaque ao *Tapete* e não se limitarem aos concertos. A pedido de Teresa Alves lembrou situação que a C. M. ficou de resolver relativamente ao pagamento dos prejuízos causados a



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

equipamento aquando do transporte por ocasião do Tapete está na rua há cerca de 9 anos e questionou porque se mantém a situação por resolver. Felicitou a C. M. por ter adquirido o edifício utilizado pela Casa das Artes, que mereciam todo o apoio para a continuidade do projeto que têm desenvolvido a longo de anos. Por fim, referiu ter tido conhecimento que a C. M. pretende adquirir o imóvel na Praça da República (junto aos táxis), questionou se é ou não verdade e qual a finalidade.

- *Manuel Cabeça* voltou a intervir manifestando algum desagrado sobre situação ocorrida durante o desfile de Carnaval, uma vez que o grupo de animação teve um comportamento inaceitável e nada adequado (consumo de cervejas), quando a maior parte dos participantes eram crianças, de qualquer forma não responsabiliza a C. M., finalizou acusando a receção e agradecendo o relatório sobre o Teatro Ensaio, no entanto, não se pronunciou sobre o mesmo, uma vez que não teve tempo de ler.

Dada a ausência de inscrições, o Presidente da Mesa, deu a palavra à Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, seguindo-se um segundo período para colocação de questões que entendessem.

A Presidente da C. M. agradeceu as saudações e os votos de boas vindas referindo que regressou mais revigorada e enriquecida. Sobre as questões colocadas respondeu que com a realização das obras no espaço envolvente ocorreu anomalia em algumas luminárias do circuito, no entanto, já foram adquiridas estando a aguardar a respetiva entrega. Sobre os arruamentos da Igreja referiu estar a ser desenvolvido o projeto, no entanto, estão dependentes da EDP. Quanto à substituição da iluminação pública e segundo informação da CIMAC irão abranger todo o concelho e terão início a meados de março, sobre a Escola da Igreja referiu que a empresa tem tido problemas com a necessidade de alteração do aumento de potência da baixada da luz. Relativamente ao Coronavírus informou que segundo as Autoridades no nosso País ainda não existem casos esperando que não venha a acontecer, de qualquer forma, a Direção Geral de Saúde têm vindo a enviar informações sobre medidas a tomar. Sobre a situação dos CTT informou que recebeu 2 técnicas da empresa que indicaram a possibilidade de reabertura, mas com a designação de loja. No entanto, necessitavam de espaço, uma vez que a PT, proprietária do anterior edifício, solicitou uma renda muito elevada, perante a situação indicou alguns espaços, mas frisou que o desejável seria o anterior edifício dada a localização e estar preparado para aquele fim, estando a aguardar resposta. Sobre o circuito e campo padel referiu que a vigilância será efetuada pelos funcionários adstritos àquele espaço que coordenarão a sua utilização. Quanto às piscinas está aguardar a aprovação da candidatura da eficiência energética. Relativamente às obras no zona envolvente do Multiusos informou que a empresa têm sido pressionado para a realização dos trabalhos. No tocante à iniciativa “O Tapete Está na Rua” informou que os



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

serviços estão a trabalhar na programação de qualquer forma a C. M. sempre teve como princípio a valorização do Tapete de Arraiolos. Sobre a situação da Teresa Alves recorda-se que foi uma situação que foi participada ao seguro mas iria consultar os serviços e informaria posteriormente. De seguida, confirmou que a C. M. adquiriu o edifício utilizado pela Casa das Artes, tendo por base os fatores histórico e cultural, uma vez que o mesmo foi sede da Sociedade Filarmónica de Arraiolos e, nos últimos anos, têm sido utilizado com projetos relevantes por parte daquela Associação Cultural. Quanto ao outro edifício informou que apenas visitaram o local estando em avaliação por parte da C. M. . Por fim, sobre o Carnaval referiu que este ano em Arraiolos ficou em falta a realização de animação nocturna (baile) que sempre tem ficado a cargo das coletividades ,tal como aconteceu em todas as localidades do concelho, sobre o desfile esclareceu que foi de imediato chamado a atenção do responsável do grupo, que evitou que a situação continuasse.

O Presidente da Mesa abriu o segundo período de tempo para possíveis intervenções e votação da Moção apresentada.

Intervieram:

- *Nuno Rebocho* considerou a desculpa do empreiteiro relativamente à Escola da Igrejinha inaceitável porque uma alteração de baixada resolve-se em 2 ou 3 semanas, sendo decerto outro problema.
- *Paula Pastaneira* insistiu sobre a possível aquisição do imóvel e qual o fim a que se destina.
- *Joana Carreiras* afirmou que iria votar contra a Moção porque a afirmação no texto não está correta visto que o PSD em relação à Regionalização não teve posição contra nem a favor.
- *José Pinto* assumiu posição favorável ao texto, comentando que se todos fossem de facto a favor da Regionalização já estaria, há muito, em prática.
- *Isalina Pereira* referiu discordar com a expressão “extemporânea” utilizada pelo membro Manuel Cabeça quando se trata de assunto debatido a semana passada na AR. Afirmou ainda que o assunto da Regionalização tem sido defendido, ao longo dos anos, pela CDU/PCP e continuará a defender e a batalhar pela mesma.

Passando-se à votação foi a Moção aprovada, por maioria, 10 votos favoráveis pelos membros da CDU e 6 votos contra pelos membros do PS e PSD.

O sr. Presidente da Mesa, deu por encerrado este período passando ao seguinte:

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

1. Informação da atividade municipal;
2. Informação sobre Inscrição no Orçamento 2020 de classificação económica;
3. 1ª. Alteração ao Mapa de Pessoal do ano corrente;
4. Autorização de despesas de representação - Cargo Dirigente Intermédio de 2º. Grau (Chefe de Divisão);
5. Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais da empreitada de “Requalificação do Largo de Santa Clara em Sabugueiro”;
6. Protocolo de Colaboração entre o Município e a União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa.

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

Submetida a informação emitida pela Presidente da Câmara Municipal relativamente à atividade que decorreu entre a última reunião e a presente, no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual foi antecipadamente distribuída a todos os membros.

Usaram da palavra:

- *Paula Pastaneira* referiu não se recordar de ter sido falado em anteriores reuniões sobre a remodelação da escola das Ilhas, perguntando o que se prevê.
- *Manuel Cabeça* levantou questões já colocadas em reuniões anteriores, nomeadamente, se o Conselho Municipal de Toponímia já reuniu de forma a dar cumprimento a deliberação tomada pela Assembleia Municipal há algum tempo, se eventualmente o Conselho Municipal de Educação, que estava em fase de constituição, já reuniu ou quando se perspectiva a reunião e por fim, se existe ou não Conselho Municipal de Juventude e se têm reunido.

A Presidente da C. M. informou que o edifício da antiga EB1 das Ilhas está a ser remodelada de forma a ser utilizado pelas crianças do Centro Infantil Augusto Piteira. Referiu ainda que tanto o Conselho de Toponímia como o de Educação são processos que estão em desenvolvimento e logo que sejam encerrados serão realizadas as respetivas reuniões. Quando ao Conselho Municipal de Juventude nunca existiu, de qualquer forma a C. M. realiza reuniões informais com as Associações de Jovens do Concelho.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2020.


Serra



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

2. INFORMAÇÃO SOBRE INSCRIÇÃO NO ORÇAMENTO 2020 DE CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA:

O sr. Presidente da Mesa deu conhecimento que a Câmara Municipal no cumprimento da Nota Informativa da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), relativa às “Transferências Provenientes do Orçamento de Estado – Contabilização da Participação dos municípios na receita do IVA – (alínea d) do art. 25º e art. 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto”, procedeu, em janeiro de 2020, uma alteração ao Orçamento, tendo contemplado a inscrição no Orçamento da Receita da classificação económica «06.03.01.07 – Participação no IVA – Art. 26º da Lei nº 73/2013 – 82.487,00€».

Informou, ainda, que de acordo com a informação a referida inscrição não alterou o montante global do Orçamento da Receita.

Nada havendo a opôr, a Assembleia tomou conhecimento do assunto.

3. 1ª. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO CORRENTE:

Foi presente à reunião uma proposta da Câmara Municipal que de acordo com a fundamentação transcrita propõem, nos termos da legislação vigente, a aprovação da alteração do mapa de pessoal.

“Considerando que o mapa de pessoal, enquanto instrumento de planeamento da gestão dos recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê serem necessários, para anualmente levar a cabo a realização das atividades dos serviços, no quadro das atribuições dos órgãos do município;

Considerando que o mapa de pessoal assume caráter dinâmico, mediante a possibilidade de alteração sempre que se revele necessário;

Nestas condições e visando suprir as necessidades de recursos humanos identificadas pelos serviços em áreas deficitárias e prementes para a execução das suas missões e atividades, propõe-se a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2020, dotando-o dos seguintes postos de trabalho, em regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado:

- Divisão de Obras Municipais

Um posto de trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior/Engenheiro Civil;

- Divisão Administrativa e Financeira

Um posto de trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior, na área de Gestão de Recursos Humanos ou Sociologia;

Um posto de trabalho da Carreira/Categoria de Técnico/Superior, na área de Contabilidade/Gestão ou Economia;



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Propõe-se também dotar o respetivo mapa de Pessoal de um posto em regime de Contrato de Trabalho por Termo Determinado, designadamente:

- Divisão de Gestão Estratégica Sócio-Económica e Educativa/Cultura e Tempos Livres

Um posto de trabalho da Carreira/Categoria de Técnico Superior/Estudos Teatrais.

Uma vez cumpridos todos os formalismos legais e concluído o processo de seleção, do procedimento concursal para o cargo de Chefe da Divisão de Gestão Estratégica Sócio-Económica e Educativa e encontrando-se já preenchido o lugar, propõe-se a atualização no Mapa de Pessoal da Autarquia.”

Refere ainda a proposta que os encargos a suportar com os recrutamentos decorrentes das necessidades criadas encontram previsão no Orçamento da Autarquia.

Sobre a proposta interveio o José Pinto alegando que tinha previsto uma intervenção sobre esta matéria, no entanto, teve conhecimento que a descentralização/transferência de competências para as autarquias foi adiada para mais tarde, assim ficará a aguardar a eventualidade de tal decisão.

Após apreciação da proposta, procedeu-se à votação, verificando a sua aprovação, por maioria, com 15 votos favoráveis pelos membros da CDU e PS e uma abstenção assumida por Joana Carreiras (PSD).

4. AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU (CHEFE DE DIVISÃO):

Submetida uma proposta da Câmara Municipal do seguinte teor:

“Na sequência do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, foi designada para Chefe da Divisão de Gestão Estratégica Sócio-Económica e Educativa (DGESE), em regime de comissão de serviço, a candidata Maria Beatriz Sécio Antas Castor, a partir de 2020/01/01, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

Ao pessoal dirigente são abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Com a entrada em vigor da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e suas alterações, conforme o n.º 1 do artigo 24.º, podem ser abonadas despesas de representação aos titulares de cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho supra referenciado.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Como refere n.º 2 do artigo 24.º da Lei 49/2012, de 29 de agosto, a atribuição de despesas de representação é da competência da assembleia municipal.

O montante a atribuir aos dirigentes da Administração Pública a título de suplemento mensal por despesas de representação, neste caso para o cargo de Chefe de Divisão, corresponde a 194,79€.

Atendendo à data de início de funções da dirigente, o pagamento de despesas de representação, deverá ter efeitos a partir de 01/01/2020."

Analisado o assunto, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a proposta de atribuição de despesas de representação.

A maioria deveu-se 15 votos favoráveis dos membros da CDU e PS e uma abstenção tomada por Joana Carreiras (PSD).

5. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DE SANTA CLARA EM SABUGUEIRO":

Foi presente à reunião um novo pedido de autorização prévia da Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais da empreitada em título (alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso), tendo em conta não ter sido apresentada qualquer proposta ao concurso público, uma vez que foi considerado o valor base inferior, pelo que procederam à alteração do mesmo, para o valor de 462.815,23 € (à qual acresce IVA à taxa legal em vigor).

A empreitada encontra-se inscrita no plano 2018/I/14 e económica 0102/0703030301 e de acordo com os valores inscritos no pedido de cabimento da DOM (proposta n.º 332/2020), cuja previsão de repartição é de:

Ano	Montante (acresce IVA à taxa legal em vigor)
2020	94.314,15 €
2021	368.501,08 €

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Presidente da Mesa colocou à votação, verificando a aprovação, por unanimidade.

6. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. GREGÓRIO E SANTA JUSTA:

Submetida à reunião uma proposta da C. M. solicitando autorização para a celebração de protocolo de colaboração a celebrar com a União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa, nos termos da alínea o) e u) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no qual é estabelecido o apoio destinado às obras do polidesportivo em Vale do Pereiro, assim como, os moldes em que será efetuada a comparticipação



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

financeira por parte do Município, cujo montante será de 27.940,00€, sendo pago 50% no prazo de 30 dias, após a respetiva assinatura, e o restante após comprovativo da conclusão dos trabalhos.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Presidente da Mesa colocou à votação, verificando a aprovação, por unanimidade.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da mesa abriu o período de intervenção do público, no entanto, o munícipe presente não colocou qualquer questão.

Minuta das deliberações: Aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 21,55 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra
